



Análise da perspectiva do Retorno do Capital Social com base no Balanço Patrimonial: estudo de caso em um Escritório de Contabilidade

Analysis of the Perspective of Return on Capital Stock Based on the Balance Sheet: A Case Study in an Accounting Office

Euzania Sarmiento Costa Campos¹; Andrea Mendonça da Silva Bastos²; Evilson Raimundo Braga Campos³

RESUMO: A sustentabilidade e o crescimento das empresas estão fortemente associados à capacidade de seus gestores tomarem decisões estratégicas baseadas em informações financeiras precisas. No entanto, observa-se que muitos empresários, especialmente de micro e pequenas empresas, apresentam limitações no entendimento de conceitos contábeis fundamentais, como o capital social investido e indicadores de rentabilidade, a exemplo do Return on Equity (ROE). Este estudo tem como objetivo analisar a percepção de contadores sobre o nível de conhecimento contábil-financeiro dos empresários e sua capacidade de avaliar o retorno do capital social investido, com base na leitura do balanço patrimonial e na interpretação do ROE. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, foi realizada em um único escritório de contabilidade localizado em São Luís-MA, por meio da aplicação de questionários abertos a dois contadores atuantes. Os resultados revelam uma lacuna significativa no domínio das demonstrações contábeis por parte dos empresários atendidos, o que compromete a eficiência da gestão financeira e estratégica. O estudo destacou a importância da capacitação contínua dos gestores quanto ao uso da contabilidade como instrumento de apoio à tomada de decisão. Concluiu-se que o domínio de ferramentas como o balanço patrimonial e os indicadores de rentabilidade deve ser promovido como estratégia para melhorar a performance e a sustentabilidade dos negócios.

Palavras-chave: Balanço Patrimonial; Capital Social; Gestão Empresarial; Indicadores de Rentabilidade; Return on Equity.

ABSTRACT: The sustainability and growth of companies are strongly linked to the ability of their managers to make strategic decisions based on accurate financial information. However, many entrepreneurs, especially from micro and small enterprises, show limitations in understanding key accounting concepts, such as invested capital and profitability indicators, particularly Return on Equity (ROE). This study aims to analyze accountants' perceptions of entrepreneurs' level of financial-accounting knowledge and their ability to assess the return on invested capital based on the balance sheet and the interpretation of ROE. The research, qualitative and exploratory in nature, was conducted in a single accounting office located in São Luís-MA, through the application of open-ended questionnaires with two practicing accountants. The results reveal a significant gap in entrepreneurs' mastery of financial statements, which compromises the efficiency of financial and strategic management. The study emphasizes the importance of continuous training for managers in the use of accounting as a decision-making support tool. It concludes that mastering tools such as the balance sheet and profitability indicators should be encouraged as a strategy to improve business performance and sustainability.

Keywords: Balance Sheet; Capital Stock; Business Management; Profitability Indicators; Return on Equity.

¹Curso de Ciências Contábeis da Universidade CEUMA. E-mail: email@gmail.com

²Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade CEUMA. E-mail: andreamendonca24@gmail.com

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade CEUMA. E-mail: evilson.campos@ceuma.br

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade e o crescimento das empresas estão diretamente relacionados à capacidade de seus gestores tomarem decisões estratégicas (Silva; Moreira, 2025). Para isso, as ferramentas contábeis são essenciais. Elas não servem apenas como meio de obrigação fiscal, mas são a base para uma gestão inteligente e responsável. Segundo Elkington (1999), a contabilidade evoluiu de uma ferramenta meramente financeira para um instrumento estratégico que é essencial para o desenvolvimento sustentável das empresas (Silva; Moreira, 2025). Ao integrar os custos e benefícios sociais e ambientais em seus sistemas contábeis, as empresas podem tomar decisões mais informadas e garantir um crescimento que não prejudique o planeta nem as futuras gerações (Silva *et al.*, 2025).

Nesse contexto, o conhecimento sobre o Retorno do Capital Social (RCS), calculado a partir do Balanço Patrimonial, constitui elemento central para avaliar a eficiência do uso dos recursos próprios investidos pelos sócios ou acionistas (Assaf Neto, 2017). Ele é calculado por meio do indicador Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), que expressa a rentabilidade obtida em relação ao capital próprio. Um ROE elevado sinaliza a capacidade do negócio em transformar capital investido em resultados positivos, condição essencial para atrair e reter investidores. Em contrapartida, um ROE reduzido pode indicar ineficiência na gestão dos recursos, necessidade de reestruturação operacional ou até mesmo inadequação na alocação do capital social (Souza, 2020).

A contabilidade contemporânea, contudo, não pode ser compreendida apenas sob a ótica tradicional. Avanços tecnológicos vêm alterando significativamente o modo como as informações são produzidas e utilizadas. Estudos recentes apontam que a Inteligência Artificial (IA) já se apresenta como uma ferramenta de apoio às atividades contábeis, permitindo maior eficiência, precisão e agilidade na geração de relatórios, embora ainda existam dilemas éticos e barreiras de adoção (Souza *et al.*, 2023). Esse cenário evidencia que, assim como ocorre com os indicadores de rentabilidade, a incorporação de novas tecnologias depende da capacidade de gestores e profissionais em transformar informações em conhecimento estratégico.

O domínio de informações contábeis e financeiras, portanto, torna-se essencial para o processo de tomada de decisão empresarial. A correta interpretação dos demonstrativos contábeis e de seus indicadores possibilita ao gestor adotar estratégias mais assertivas, elevar a confiança de investidores e instituições de crédito, além de facilitar a obtenção de recursos para expansão (Crepaldi, 2019). Da mesma forma, a prática de benchmarking, comparando o RCS com empresas do mesmo setor, oferece subsídios para identificar o posicionamento competitivo e orientar melhorias nas práticas de gestão.

Diante desse cenário, estabeleceu-se como problema de pesquisa: de que forma o nível de conhecimento contábil-financeiro dos empresários influencia a análise do retorno do capital social investido, com base no Balanço Patrimonial e no indicador ROE? O objetivo geral, por sua vez, consiste em analisar a relação entre o nível de conhecimento financeiro dos empresários e sua capacidade de avaliar o retorno do capital social investido, a partir do indicador de rentabilidade ROE (Return on Equity).

Pode-se destacar que estudos recentes demonstram que as micro e pequenas empresas (MPEs) ainda enfrentam significativos desafios devido à carência de domínio sobre ferramentas contábeis e de planejamento estratégico, o que compromete sua capacidade de análise e tomada de decisão. Conforme Silva e Moreira (2025), a integração entre contabilidade gerencial e planejamento estratégico constitui fator essencial para a sustentabilidade e competitividade das MPEs, uma vez que possibilita melhor controle financeiro, avaliação de desempenho e definição de estratégias de crescimento.

Além disso, estudos recentes confirmam que a contabilidade, quando utilizada apenas como obrigação fiscal, deixa de cumprir seu papel estratégico de apoio à gestão, reduzindo a eficiência e a competitividade empresarial (Silva; Silva, 2025). Nesse sentido, a presente pesquisa se legitima ao propor a avaliação do Retorno do Capital Social (RCS), por meio do indicador de rentabilidade Return on Equity (ROE), como instrumento de apoio gerencial capaz de suprir lacunas no processo decisório dos empresários, fornecendo informações concretas sobre a eficiência do capital investido e fortalecendo a saúde financeira das organizações.

Adicionalmente, a literatura sobre contabilidade ambiental reforça esse entendimento ao demonstrar que a contabilidade, ao assumir caráter estratégico, não apenas registra transações, mas também promove transparência, conformidade legal e confiança junto a investidores e à sociedade. De acordo com Silva *et al.* (2025), essa dimensão da contabilidade amplia a credibilidade organizacional e contribui para a consolidação de uma imagem empresarial responsável, capaz de atrair recursos e fortalecer o posicionamento competitivo. Esse argumento reforça a relevância do ROE como indicador que, além de mensurar retorno financeiro, também transmite segurança ao mercado, funcionando como elo entre desempenho econômico e legitimidade institucional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para que o presente artigo atinja seus propósitos, é necessário realizar uma contextualização das teorias e artigos existentes, cujo objetivo é conferir consistência técnico-científica a este trabalho. Nesse sentido, é imprescindível abordar os seguintes temas: contabilidade e balanço patrimonial; capital social e sua relevância e indicadores de rentabilidade e o ROE, entendidos como o caminho para a análise do problema levantado neste artigo.

Contabilidade e Balanço Patrimonial

A contabilidade é considerada uma ciência social aplicada, com foco no estudo, mensuração e análise do patrimônio das entidades (empresas, organizações e pessoas físicas). Ela evolui dentro de um contexto social e econômico dinâmico, acompanhando mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado. Crepaldi (2019) ressalta que a contabilidade tem como propósito disponibilizar instrumentos capazes de apoiar as organizações em suas demandas gerenciais, sobretudo aquelas vinculadas ao processo de tomada de decisão.

Nesse sentido, o Balanço Patrimonial destaca-se como instrumento central para a evidenciação da posição econômico-financeira de uma entidade, permitindo ao gestor compreender sua estrutura de ativos, passivos e patrimônio líquido (Silva; Silva, 2025). A contabilidade financeira constitui um sistema de informação que identifica, mensura, registra e comunica dados relevantes para usuários internos e externos à organização. O Balanço Patrimonial (BP), por sua vez, representa uma fotografia estática da posição financeira da entidade em determinado momento. Ele é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, obedecendo à equação fundamental da contabilidade: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$. O Ativo corresponde a bens e direitos que geram benefícios econômicos futuros; o Passivo representa as obrigações presentes da entidade; e o Patrimônio Líquido (PL) reflete o valor residual pertencente aos sócios ou acionistas, configurando a riqueza líquida da empresa (Silva; Silva, 2025).

Estudos recentes ressaltam que o BP continua sendo um dos principais instrumentos de avaliação empresarial, especialmente para micro e pequenas empresas que necessitam de informações objetivas para acessar crédito e atrair investidores. A literatura recente sobre contabilidade gerencial em microempresas reforça essa perspectiva. Ribeiro, Prado e Bressan (2023) destacam que, apesar de reconhecerem a importância das informações contábeis, muitos gestores ainda não as utilizam para fins estratégicos, recorrendo a métodos manuais e limitando o papel do contador a um agente fiscal. Essa constatação reforça a necessidade de programas de capacitação voltados à literacia contábil-financeira.

Estudos recentes confirmam que a contabilidade, ao ser utilizada apenas como obrigação fiscal, perde seu potencial estratégico. Ribeiro, Prado e Bressan (2023) demonstram que nas microempresas do comércio varejista prevalece o uso limitado da contabilidade, com baixa incorporação de práticas gerenciais, o que compromete a qualidade da tomada de decisão e a sustentabilidade do negócio. Nesse sentido, Silva e Silva (2025) destacam que reduzir a contabilidade à mera função fiscal compromete sua utilidade, uma vez que ela deve ser compreendida como instrumento estratégico de planejamento, sustentabilidade financeira e suporte à tomada de decisões assertivas.

Capital Social e sua Relevância

Dentro da estrutura do PL, o Capital Social representa o montante de recursos aportados inicialmente pelos sócios ou acionistas para o desenvolvimento das atividades da empresa (Marion, 2016). Esse elemento é considerado a principal fonte de financiamento próprio e reflete a disposição dos proprietários em assumir riscos no negócio.

O Capital Social não se limita a viabilizar as operações iniciais, mas também sinaliza solidez e capacidade de absorção de perdas (Martins; Martins; Gelbecke, 2018). Alterações em sua estrutura, como aumentos por

novos aportes ou reduções previstas em lei, podem indicar mudanças na estratégia de financiamento e nas expectativas de futuro dos proprietários.

Na literatura recente, o capital social também é analisado como fator de resiliência organizacional e de longevidade das empresas. Pesquisas brasileiras apontam que empresas com maior capital próprio tendem a apresentar menor vulnerabilidade em períodos de crise econômica, reforçando sua sustentabilidade de longo prazo. Ribeiro, Prado e Bressan (2023) evidenciam que as microempresas brasileiras, apesar de dependerem fortemente do capital próprio para financiar suas atividades, apresentam fragilidade na utilização estratégica desses recursos, em grande parte pela ausência de planejamento contábil-financeiro estruturado. Essa limitação reduz a capacidade de resiliência em períodos de instabilidade econômica e compromete a longevidade dos negócios.

Indicadores de Rentabilidade e o ROE

A análise do retorno sobre o capital social frequentemente é realizada por meio do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Esse indicador expressa a capacidade da empresa de gerar lucro a partir dos recursos investidos pelos sócios, representando, portanto, um dos índices mais utilizados para mensurar a eficiência do capital próprio (Assaf Neto, 2017).

De acordo com Cardoso e Oliveira (2023), os índices de rentabilidade constituem instrumentos fundamentais para avaliar a eficiência da gestão e a saúde financeira das empresas, pois permitem identificar se os investimentos estão gerando retorno adequado. Entre os indicadores mais utilizados, destacam-se o Retorno sobre o Ativo (ROA), o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre o Investimento (ROI), amplamente aplicados em análises financeiras por fornecerem medidas objetivas de desempenho.

Em linhas gerais, um ROE elevado indica maior eficiência na utilização dos recursos, enquanto um ROE reduzido pode sinalizar falhas de gestão ou inadequação na alocação de investimentos (Ross; Westerfield; Jaffe, 2015). Entretanto, a interpretação do ROE deve considerar limitações e contextos específicos. Como destacado por Brigham e Houston (2018), a leitura isolada desse índice pode induzir a conclusões equivocadas, sendo necessário compará-lo com empresas do mesmo setor e com séries históricas da própria organização. Conforme Tacula (2024), a análise integrada de índices financeiros amplia a visão sobre o desempenho empresarial, uma vez que o ROE, embora essencial, deve ser considerado em conjunto com indicadores de liquidez, atividade e endividamento para sustentar decisões estratégicas.

Estudos recentes têm enfatizado que, especialmente em micro e pequenas empresas, o uso sistemático do ROE ainda é incipiente, em grande parte pela falta de conhecimento contábil-financeiro dos gestores (Cardoso; Oliveira, 2023). Pesquisas também têm demonstrado que, embora o ROE seja um indicador central, existem métricas mais abrangentes que podem complementar sua análise. Gomes, Nascimento e Miranda (2025), ao estudarem a eficiência financeira sob a ótica do Valor Econômico Adicionado (EVA), apontam que esse indicador considera o custo de oportunidade do capital e oferece uma visão mais completa da criação de valor. Contudo, se em muitas micro e pequenas empresas o ROE ainda é pouco utilizado, a adoção de métricas mais sofisticadas, como o EVA, torna-se ainda mais desafiadora. Isso reforça a necessidade de difundir primeiramente a utilização de indicadores básicos de rentabilidade, para depois avançar em análises mais complexas.

Adicionalmente, pesquisas recentes têm problematizado o comportamento do ROE em empresas de maior porte. Oliveira, Morais e Prado (2025), ao investigarem companhias do setor de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), verificaram que a adesão ao índice influenciou positivamente no ROI e no ROA, mas apresentou impacto negativo sobre o ROE. Esse achado sugere que, mesmo em organizações robustas, fatores setoriais, estruturais e socioambientais podem limitar a efetividade do ROE como medida de desempenho. Dessa forma, torna-se ainda mais evidente que sua utilização deve estar acompanhada de uma análise crítica e comparativa com outros indicadores.

Em síntese, o ROE continua sendo um dos principais instrumentos para avaliar o retorno do capital investido pelos sócios. Contudo, sua efetividade depende não apenas de cálculos corretos, mas da capacidade interpretativa dos gestores e de seu uso em conjunto com outras métricas, de modo a garantir que decisões estratégicas se apoiem em informações sólidas e contextualizadas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, exploratória e de caráter descritivo (Creswell; Creswell, 2022; Flick, 2022), voltado para compreender a percepção de profissionais da contabilidade sobre o nível de conhecimento dos empresários em relação à análise da perspectiva de retorno

do capital social com base no Balanço Patrimonial e em indicadores de rentabilidade, como o Return on Equity (ROE). A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de captar percepções, significados e experiências que não poderiam ser adequadamente compreendidos por meio de instrumentos puramente quantitativos.

Trata-se de um estudo de caso realizado em um escritório de contabilidade, opção metodológica que permite compreender em profundidade um fenômeno específico em seu contexto real (Yin, 2017). Esse escritório foi considerado representativo para o objetivo do estudo por atuar majoritariamente no atendimento a micro e pequenos empresários, segmento no qual a literatura aponta maior carência de conhecimentos contábil-financeiros. Assim, buscou-se compreender, a partir da experiência dos contadores que nele atuam, como os empresários clientes se relacionam com as informações contábeis, em especial no que tange ao capital social e à análise de retorno.

Os sujeitos da pesquisa foram dois contadores atuantes no referido escritório, com experiência prática na assessoria contábil e gerencial de micro e pequenas empresas de diferentes setores. A escolha por esses profissionais deve-se ao fato de que o contador ocupa posição privilegiada na mediação entre informações contábeis e decisões empresariais, funcionando como interlocutor direto dos gestores quanto ao uso das demonstrações financeiras. Assim, suas percepções permitem identificar padrões de comportamento, lacunas de conhecimento e eventuais práticas equivocadas por parte dos empresários.

O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário aberto, aplicado individualmente aos contadores, em formato semelhante a uma entrevista semiestruturada (Godoy, 2010). O questionário foi composto por cinco questões principais, que buscaram explorar: A frequência com que os empresários solicitam orientações sobre capital social; A compreensão dos empresários sobre a diferença entre capital social e financiamento de terceiros; O interesse demonstrado na evolução do capital social apresentado no Balanço Patrimonial; A utilização de indicadores financeiros derivados do patrimônio líquido, como o ROE, para avaliação de desempenho; A avaliação geral do nível de conhecimento dos empresários em relação à análise do retorno do capital social.

A opção por perguntas abertas visou oferecer maior liberdade de resposta aos participantes, permitindo que relatassem suas experiências de forma detalhada e não restrita a alternativas pré-definidas, enriquecendo a análise qualitativa. As respostas foram transcritas integralmente e analisadas por meio de uma abordagem interpretativa de conteúdo, considerando-se as convergências, divergências e nuances nas percepções apresentadas. A análise buscou identificar categorias temáticas relacionadas ao conhecimento contábil dos empresários, à relevância atribuída ao capital social e ao uso efetivo de indicadores de rentabilidade.

Reconhece-se que, por se tratar de um estudo exploratório restrito a um único escritório de contabilidade e a apenas dois profissionais, os resultados não podem ser generalizados para a totalidade dos empresários. Todavia, esse recorte intencional caracteriza a pesquisa como um estudo de caso qualitativo, cujo propósito é oferecer um aprofundamento inicial sobre o fenômeno investigado e levantar hipóteses e reflexões que possam ser ampliadas em futuras investigações.

Ressalta-se, contudo, que a opção metodológica se restringiu a apenas dois contadores de um único escritório, o que limita a robustez da análise. Embora justificado como estudo de caso exploratório, pesquisas em periódicos de maior qualificação demandam triangulação metodológica, como a inclusão de empresários ou a análise documental das demonstrações contábeis. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros incorporem múltiplas fontes de evidência para fortalecer a validade dos achados. Além disso, este trabalho deve ser entendido como um esforço preliminar para compreender como os empresários se relacionam com conceitos contábeis essenciais e de que modo a intermediação do contador pode revelar lacunas de literacia financeira que impactam a gestão empresarial.

RESULTADO DA PESQUISA

A análise das respostas fornecidas pelos dois contadores participantes da pesquisa permitiu identificar percepções relevantes sobre o nível de conhecimento contábil-financeiro dos empresários em relação ao capital social e ao uso do Balanço Patrimonial como instrumento de avaliação do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). De maneira geral, constatou-se que, embora haja certo entendimento básico sobre conceitos fundamentais, persiste uma lacuna significativa quanto ao uso estratégico dessas informações na gestão empresarial.

No que se refere à frequência com que os empresários buscam orientação sobre o capital social, observou-se divergência entre os entrevistados. Um dos contadores destacou que a procura ocorre apenas de forma eventual, geralmente em situações pontuais ligadas à abertura da empresa ou a dúvidas sobre aplicação de recursos. Já o outro apontou que tal busca é relativamente comum entre empresários que buscam decisões mais informadas e responsáveis. Essa diferença sugere que a demanda por conhecimento está fortemente associada ao perfil do gestor e à sua maturidade administrativa.

Quanto à compreensão da distinção entre capital social e financiamento de terceiros, houve consenso entre os contadores de que os empresários, em geral, possuem clareza sobre a diferença, embora com maior domínio por parte dos gestores mais experientes. Essa constatação reforça que a vivência empresarial contribui para consolidar noções básicas, mas não substitui a necessidade de capacitação formal. Martins, Eliseu e Gelbcke (2018) ressaltam que o correto entendimento do capital social é essencial para avaliar a resiliência financeira e o potencial de absorção de riscos da empresa, indo além da simples formalidade legal.

A análise sobre o interesse e a compreensão da evolução do capital social no Balanço Patrimonial apresentou resultados contrastantes. Enquanto um dos contadores classificou esse interesse como baixo, atribuindo nota 4 em uma escala de 0 a 10, o outro destacou uma tendência maior de valorização do tema, especialmente pela percepção de que o capital social impacta diretamente a saúde financeira da empresa. Essa disparidade pode refletir diferenças no perfil da clientela atendida ou até mesmo na forma como os contadores comunicam tais informações. Ainda assim, confirma-se que a análise da evolução do capital social não é prática consolidada entre empresários, o que limita sua capacidade de perceber os efeitos de aportes ou retiradas de recursos no equilíbrio patrimonial (Brigham; Houston, 2018).

No que diz respeito à utilização de indicadores financeiros como o ROE, ambos os contadores foram unânimes em afirmar que essa prática não é comum entre a maioria dos empresários. Apenas empresas de maior porte ou mais estruturadas demonstram interesse em monitorar esse indicador. Tal dado é preocupante, uma vez que o ROE constitui métrica fundamental para avaliar a eficiência da utilização do capital próprio e para orientar decisões sobre expansão, endividamento ou distribuição de lucros (Ross; Westerfield; Jaffe, 2016). A falta de utilização desse indicador compromete a capacidade de planejamento e pode reduzir a competitividade das organizações. Tal achado contrasta com a literatura, que aponta o ROE como métrica decisiva para avaliar o retorno do capital próprio e transmitir confiança a investidores e sócios (Cardoso; Oliveira, 2023). A ausência desse indicador nas práticas cotidianas das micro e pequenas empresas revela uma lacuna significativa entre teoria e prática, comprometendo a capacidade de avaliação do desempenho econômico-financeiro.

Enquanto os contadores confirmaram que o ROE é raramente utilizado pelos empresários, a literatura recente aponta para métricas ainda mais abrangentes, como o Valor Econômico Adicionado (EVA), que incorporam o custo do capital e fornecem visão estratégica da criação de valor (Gomes; Nascimento; Miranda, 2025). Tal contraste evidencia que, se as empresas já apresentam lacunas no uso do ROE, a adoção de indicadores mais complexos torna-se ainda mais desafiadora, reforçando a pertinência de difundir primeiramente a utilização de métricas básicas de rentabilidade.

Esses resultados também dialogam com a pesquisa de Ribeiro, Prado e Bressan (2023), que identificou fragilidades semelhantes em microempresas do comércio varejista no Paraná. Os autores destacam que, embora a contabilidade gerencial seja reconhecida como ferramenta essencial para a sobrevivência das microempresas, na prática ela é pouco utilizada, sendo comum que os empresários mantenham uma visão restrita da contabilidade como mera obrigação fiscal. Essa evidência reforça os achados do presente estudo, ao demonstrar que a baixa utilização de indicadores financeiros, como o ROE, não se trata apenas de uma limitação individual dos gestores entrevistados, mas de um padrão recorrente em diferentes contextos regionais do Brasil. A ausência dessa prática compromete a profissionalização da gestão e reduz as chances de crescimento sustentável das MPEs.

Esse achado reforça o que já aponta a literatura: mesmo em empresas de grande porte, a interpretação do ROE exige cautela. Oliveira, Moraes e Prado (2025) demonstraram que, em companhias do setor elétrico brasileiro, a adesão ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) apresentou relação positiva com ROI e ROA, mas negativa com o ROE. Isso indica que, mesmo em contextos de maior sofisticação gerencial, o ROE

pode não captar integralmente os efeitos das práticas empresariais, reforçando a necessidade de uma leitura crítica e comparativa.

Além disso, os resultados da pesquisa também dialogam com os estudos de Gomes, Nascimento e Miranda (2025), que destacam o Valor Econômico Adicionado (EVA) como métrica mais abrangente para avaliar a criação de valor, pois considera o custo de oportunidade do capital. Se em grandes empresas o desafio já é integrar métricas mais sofisticadas, no universo das micro e pequenas empresas a realidade é ainda mais distante, visto que muitos gestores sequer utilizam o ROE de forma sistemática. Dessa forma, o primeiro passo continua sendo a difusão do uso de indicadores básicos, preparando terreno para análises mais avançadas no futuro.

Em relação ao nível geral de conhecimento dos empresários, novamente se observaram divergências. Enquanto um dos contadores classificou esse nível como baixo (nota 2 em uma escala de 1 a 5), justificando que seus clientes são em maioria pequenos ou médios empresários que veem a contabilidade apenas como obrigação fiscal, o outro avaliou o conhecimento como razoável. Essa diferença reforça a heterogeneidade da literacia contábil-financeira, que varia conforme o porte da empresa, a experiência do gestor e a forma como a contabilidade é apresentada. Dornelas (2016) já havia destacado que muitos empresários de micro e pequenas empresas tendem a restringir o uso da contabilidade a questões fiscais, negligenciando seu potencial estratégico.

Esse resultado também dialoga com as transformações em curso na profissão contábil. Souza *et al.* (2023) evidenciam que, embora a Inteligência Artificial traga benefícios como maior eficiência e precisão na geração de informações contábeis, muitos profissionais ainda enfrentam dilemas éticos e dificuldades de adaptação. Assim como ocorre com o uso do ROE, a adoção de tecnologias avançadas depende da capacitação e da mudança de mentalidade, tanto dos contadores quanto dos empresários. Esse resultado está alinhado ao estudo de Silva e Moreira (2025), que demonstram como a ausência do uso da contabilidade gerencial e do planejamento estratégico fragiliza a gestão de micro e pequenas empresas, reforçando a necessidade de capacitação dos empresários para compreender indicadores como o ROE e utilizá-los como instrumentos de decisão.

Em síntese, os resultados apontam que, embora exista compreensão elementar sobre conceitos como capital social e financiamento de terceiros, há fragilidades na análise aprofundada do Balanço Patrimonial e no uso de indicadores de rentabilidade. A ausência de práticas sistemáticas de avaliação do retorno sobre o capital investido compromete a tomada de decisões e pode limitar o crescimento sustentável das empresas. Além disso, as diferenças de percepção entre os contadores indicam que o nível de engajamento dos empresários depende, em grande medida, da forma como o conhecimento contábil é mediado. Esse cenário reforça a necessidade de maior aproximação entre contadores e gestores, de programas de educação financeira e de estímulo ao uso da contabilidade como ferramenta de gestão, superando a visão restrita de obrigação legal.

Reconhece-se que a amostra utilizada nesta pesquisa foi bastante reduzida, composta por apenas dois contadores atuantes em um único escritório de contabilidade. Essa delimitação pode ser entendida como uma fragilidade metodológica, uma vez que limita o alcance dos resultados e restringe a possibilidade de generalização para diferentes contextos empresariais. No entanto, justifica-se a escolha pelo caráter exploratório e preliminar do estudo, cujo propósito principal foi levantar percepções iniciais que permitam a formulação de hipóteses e o delineamento de pesquisas futuras em maior escala.

Outro ponto a ser considerado é a ausência de triangulação de dados. O estudo concentrou-se exclusivamente em questionários abertos aplicados a contadores, não contemplando entrevistas com empresários ou análise documental das demonstrações financeiras. Essa limitação pode restringir a profundidade interpretativa dos achados. Sugere-se que pesquisas posteriores ampliem o escopo metodológico, incorporando múltiplas fontes de evidência, como entrevistas diretas com gestores, análise comparativa de balanços patrimoniais e observação participante. Essa triangulação contribuirá para aumentar a validade e a confiabilidade das conclusões.

Além disso, embora a análise qualitativa tenha permitido identificar percepções relevantes, ela poderia ser aprofundada com a aplicação sistemática de técnicas reconhecidas, como a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que permite categorizar e interpretar de forma mais rigorosa as falas dos respondentes.

Futuras investigações podem adotar esse ou outros procedimentos metodológicos qualitativos que favoreçam maior densidade interpretativa, respondendo às exigências de rigor científico esperadas em periódicos de maior qualificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre o nível de conhecimento contábil-financeiro dos empresários e sua capacidade de avaliar o retorno do capital social investido, tomando como base a leitura do Balanço Patrimonial e a utilização do indicador de rentabilidade Return on Equity (ROE). A partir das percepções coletadas junto a dois contadores atuantes no atendimento a micro e pequenas empresas, foi possível identificar importantes fragilidades na forma como os gestores utilizam as informações contábeis para subsidiar suas decisões.

Os resultados demonstraram que, embora os empresários possuam noções elementares sobre a distinção entre capital social e recursos de terceiros, ainda é limitado o interesse pela análise de sua evolução ao longo do tempo e, sobretudo, pela interpretação de indicadores financeiros derivados do Patrimônio Líquido, como o ROE. Esse dado é especialmente relevante, pois reforça que parte significativa das micro e pequenas empresas ainda restringe a contabilidade ao cumprimento de obrigações fiscais e legais, negligenciando seu potencial estratégico para avaliação de desempenho e planejamento de longo prazo. Conforme defendem Cardoso e Oliveira (2023), os índices de rentabilidade não apenas orientam decisões de gestão, mas também consolidam a confiança dos sócios e potenciais investidores quanto à saúde financeira do negócio. Assim, incentivar o uso de métricas básicas como ROE, ROA e ROI em micro e pequenas empresas é etapa indispensável para sua profissionalização e sustentabilidade.

Constatou-se também que o nível de conhecimento financeiro varia de acordo com o porte das empresas e a experiência prévia de seus gestores, o que sugere forte heterogeneidade na literatura contábil-empresarial. Enquanto alguns empresários se mostram receptivos às orientações e valorizam a mediação dos contadores, outros mantêm uma postura mais passiva, o que limita sua capacidade de compreender o retorno sobre o capital investido e, conseqüentemente, de adotar práticas gerenciais mais eficazes. Essa discrepância evidencia o papel fundamental do contador como agente de tradução e simplificação de informações técnicas, aproximando a linguagem contábil da realidade empresarial.

Diante desse cenário, a pesquisa reforça a importância de promover programas de educação financeira voltados para empresários, especialmente em micro e pequenas empresas, que representam a maioria do tecido empresarial brasileiro. A capacitação contínua contribuiria para ampliar o uso dos demonstrativos contábeis e dos indicadores de rentabilidade como instrumentos de gestão, favorecendo não apenas a saúde financeira individual das empresas, mas também a competitividade e a sustentabilidade do ambiente de negócios como um todo. Além disso, recomenda-se estimular uma postura mais consultiva por parte dos profissionais da contabilidade, de modo a consolidar seu papel como parceiros estratégicos na tomada de decisão.

Por fim, reconhece-se como limitação desta pesquisa o tamanho reduzido da amostra, composta por apenas dois contadores, o que impossibilita generalizações para todo o universo empresarial. Essa limitação metodológica deve ser considerada especialmente em avaliações de periódicos de maior qualificação, que tendem a exigir triangulação de fontes e maior diversidade de participantes. No entanto, os achados oferecem contribuições iniciais relevantes e apontam caminhos para futuras investigações. Estudos posteriores podem ampliar o escopo, incorporando empresários de diferentes portes e setores, explorando suas percepções diretamente e comparando níveis de literacia financeira entre contextos distintos. Tal aprofundamento permitirá compreender com maior precisão as barreiras ao uso da contabilidade como ferramenta de gestão e propor estratégias mais eficazes para sua superação.

Em suma, esta pesquisa reforça que o domínio do Balanço Patrimonial e de indicadores como o ROE não deve ser visto apenas como um requisito técnico, mas como um recurso indispensável para apoiar decisões estratégicas, otimizar a alocação de recursos e assegurar a sustentabilidade dos negócios. Promover a literacia contábil-financeira dos empresários emerge, portanto, como um imperativo para fortalecer a gestão e impulsionar o desenvolvimento econômico em contextos marcados pela alta competitividade e pela necessidade de práticas empresariais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. **Fundamentals of Financial Management**. Cengage Learning., 2018.
- CARDOSO, B. S.; OLIVEIRA, A. L. L. de. A utilização dos índices de rentabilidade nas empresas – ROA, ROE, ROI. **Revista em Foco**, n. 15, 2023. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2023/10/A-UTILIZAÇÃO-DOS-ÍNDICES-DE-RENTABILIDADE-NAS-EMPRESAS-ROA-ROE-e-ROI-pág-176-a-183.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.
- CREPALDI, S. **Planejamento tributário: teoria e prática**. 3 ed. Saraiva: São Paulo, 2019.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. Los Angeles, C.A: Sage Publications, 2022.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. São Paulo: Atlas, 2016.
- ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Wiley, 1999.
- FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. Los Angeles, C.A: Sage Publications, 2022.
- GODOY, A. C. Estudo de Caso qualitativo. In: Godoi, C.K; Bandeira-de-Mello, R.B.; Silva, A.B. (org.) **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo. Ed. Saraiva. 2010.
- GOMES, Myke Oliveira; NASCIMENTO, Alexandre; MIRANDA, Rodrigo Oliveira. Eficiência financeira e valor econômico adicionado: uma análise estratégica integrada nas tomadas de decisão empresarial. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, p. e7804, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7804>. Acesso em: 12 set. 2025.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial e Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2022.
- MARTINS, E.; ELISEU, V.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco Iranilton Beserra de; MORAIS, Maria Auxiliadora de Oliveira; PRADO, Alexsandro Gonçalves da Silva. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e índices de rentabilidade: um estudo em empresas do setor de energia elétrica brasileiro. **Revista de Administração e Contabilidade da UNIFAT**, v. 17, n. 1, 2025. Disponível em: <https://reacfat.com.br/reac/article/view/357>. Acesso em: 12 set. 2025.
- RIBEIRO, J. A. da S.; PRADO, E. R. do; BRESSAN, I. C. A importância das informações contábeis para utilização gerencial nas microempresas do comércio varejista na cidade de Cornélio Procopio. **Revista Observatorio De La Economía Latinoamericana**, v.21, n.11, p. 23427-23448. 2023. DOI: 10.55905/oelv21n11-262
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Corporate Finance**. McGraw-Hill Education, 2015.
- SILVA, Laiane Rodrigues da; MOREIRA, Ana Zenilce. A importância da contabilidade gerencial e do planejamento estratégico nas micros e pequenas empresas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2959-2976, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18053>. Acesso em: 12 set. 2025.
- SILVA, R. P.; SILVA, R. B. da. A importância da contabilidade para a gestão empresarial. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 7, e8614749259, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i7.49259>
- SILVA, Carlos Daniel Alves Mota da; LOPES, João Gabriel Gonzaga; LIMA, Millyan Kelly de Sousa; FEITOSA, Grasiel da Silva. Papel da contabilidade nas ferramentas ambientais nas gestões sustentável das empresas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 480-492, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i6.19693. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19693>. Acesso em: 14 set. 2025.
- SOUZA, A. A. de.; FONSECA, S. E.; MARTUCHELI, C. T. Qualidade das informações contábeis e governança corporativa: evidências empíricas nos mercados de capitais francês e brasileiro. **Revista Catarinense da**

Ciência Contábil, v. 21, pp. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3322/2463>. Acesso em: 12 set. 2025.

TACULA, Mussa. Análise das demonstrações financeiras por meio de índices financeiros: estudo de caso da Empresa Beta. **Recima 21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.4659>

YIN, R. K. **Case Study Research and Applications: Design and Methods**. Los Angeles: Sage Publications, 2017.